

Brasil tenta teto para juros

Proposta é pagar só US\$ 7 bi anuais e criar fundo médio



O Banco Central chegou à conclusão de que o modelo mexicano de renegociação da dívida não serve mais para o Brasil e começou a discutir com os banqueiros estrangeiros algumas novidades para a renegociação plurianual que o governo brasileiro apresentará ao comitê de assessoramento dos bancos credores ainda este ano. A principal novidade — ainda em discussão, dentro do governo — poderá ser a negociação de um teto para os serviços da dívida.

Não se trata da imposição unilateral de um teto para os juros da dívida, como decidiu o governo do Peru. Em princípio, o Brasil prefere o teto negociado para os pagamentos aos credores a vigorar pelos dezesseis a vinte anos do prazo do reescalonamento a ser obtido na renegociação ao plurianual da dívida.

O teto em estudo envolveria valor fixo para o pagamento de juros e mais pequena parcela de amortização do principal. Para os juros, o pagamento anual ficaria limitado a menos de US\$ 7 bilhões — contra US\$ 9 bilhões este ano —, dentro do objetivo do governo brasileiro de conter as transferências líquidas de renda ao exterior ao máximo de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para viabilizar o esquema, a proposta em exame no governo envolve a criação de um fundo de atualização de taxas. No caso da queda dos juros do euromercado — libor —, o Brasil utilizaria folga nas remessas para contribuir ao fundo. Caso haja a elevação dos juros, caberá aos bancos repassar o adicional pago pelo Brasil para engordar o fundo de equalização. Ao final do prazo de reescalonamento — dezesseis a vinte anos — haveria o ajuste de contas e, na hipótese dos pagamentos feitos pelo Brasil serem insuficientes para os serviços da dívida acumulados no período, os bancos credores dariam novo prazo para a liquidação da parcela remanescente.

A fixação do teto atende ao objetivo maior do governo brasileiro de planejar o crescimento sustentado da economia, ao longo dos dezesseis a vinte anos de prazo de reescalonamento da dívida externa. Aos bancos credores, o Brasil acena com a possibilidade de promover a amortização doada do principal da dívida.

Segundo o "CORREIO BRAZILIENSE" apurou no Banco Central, até o chefe do subcomitê de economia do comitê de assessoramento dos bancos credores, Douglas Smee, vice-presidente do Banco de Montreal, considerou interessante a idéia do teto, nos termos da proposta em estudo no âmbito do governo brasileiro.

Os dirigentes do Banco de Tóquio também manifestaram opinião favorável e o Midland Bank, tradicional banco inglês, chegou a propor a utilização de um esquema de bônus para conceder US\$ 50 milhões de dinheiro novo ao Brasil.